
A PERCEPÇÃO DE ALUNOS DE ESCOLA PÚBLICA SOBRE O USO DE MEDICAMENTOS PARA MELHORAR O DESEMPENHO NOS ESTUDOS

*FEITOZA, Tainná Barreto; FELIX, Francely da Silva; SILVA, Flaviane Cristine Troglio da

Faculdade Leão Sampaio – Juazeiro do Norte (CE), Brasil.

Recebido em: 08/12/2014; Aceito: 16/01/2015; Publicado: 26/02/2015

RESUMO

Introdução e objetivos: O objetivo desta pesquisa é analisar a percepção de alunos do terceiro ano do ensino médio sobre o uso de medicamentos para melhorar o aproveitamento nos estudos. **Metodologia:** A mesma contou com a participação de 66 alunos de uma escola pública da região do cariri cearense. Para isso foi utilizado um questionário semi- estruturado que teve como principais indagações o que esses alunos achavam do uso de medicamento para obter melhores resultados nos estudos, e se fariam uso dos mesmos, bem como questões relacionadas às suas dificuldades para estudar para o vestibular ou ENEM. **Resultados e discussão:** Dos alunos pesquisados 50% veem o medicamento como sendo algo positivo e 54% disseram que fariam o uso destes como forma de melhorar o aproveitamento cognitivo. **Conclusões:** Com isso notou-se a importância de se compreender a relação da medicalização com o contexto escolar para que se possam orientar futuras intervenções.

Palavras-chave: Aluno; Ensino Médio; Medicalização

ABSTRACT

Introduction and objectives: The objective of this research is to analyze the perception of students of the third year of high school on the use of medicines to better use in the studies. **Methods:** The same with the participation of 66 students from a public school in Juazeiro do Norte - CE. For this we used a semi-structured questionnaire that had as main questions what these students thought the drug use for best results in studies, and would make use of them, as well as issues related to their difficulties to study for the exam or ENEM. **Results and Discussions:** Among students surveyed 50% see the drug as something positive and 54% said they would use these as a way to improve cognitive recovery. **Conclusions:** With that noted the importance of understanding the relationship of medicalization with the school environment so that they can guide future interventions.

Key words: Student; Secondary School; Medicalization

* Tainná Barreto Feitoza - Faculdade Leão Sampaio. Av. Leão Sampaio, Km 03 – Lagoa Seca. Juazeiro do Norte, Ceará – Brasil. E-mail: tainnafeitoza@hotmail.com

Introdução

A adolescência é o período de transição entre a infância e a vida adulta, sendo composta por mudanças biológicas, fisiológicas e psicossociais que podem ocasionar ansiedade e angústia. É nesta fase em que os adolescentes demonstram serem mais influenciados, pela sociedade, por outras culturas e pelo ambiente em que vivem (ROCHA, 2010). Sendo também na adolescência o período que ocorre a puberdade, que corresponde ao momento das principais mudanças do sistema reprodutor, marcada pela maturação sexual (BERGER, 2013).

Alguns autores descrevem a fase da adolescência como sendo uma experiência emotiva e estressante, na qual é possível constatar níveis exacerbados de irritação e excitação intercalados com humores de depressão (BERGER, 2013; PAPALIA; FELDMAN, 2013). Por outro lado, a adolescência também traz consigo transformações psicossociais necessárias à entrada no mundo adulto, como por exemplo, o primeiro amor romântico, a iniciação sexual, o primeiro ato de transgressão, a conclusão do ensino médio, o vestibular, o casamento, entre outros. Erikson (1968, apud PAPALIA; FELDMAN 2013) corrobora esta visão quando afirma que para que ocorra a constituição da identidade, os jovens necessitam ter a escolha profissional realizada, os valores ao qual ele possui contato internalizados e satisfação com sua identidade sexual.

A adolescência também é marcada pelo desenvolvimento das capacidades e julgamentos cognitivos individuais. Por isso, coexiste também nesse período um interesse dos publicitários pelo alto poder de consumo que eles apresentam, inclusive no que tange a medicamentos (SILVA; GIUGLIANI, 2004).

A educação brasileira é constituída pela educação básica, pelo ensino fundamental, pelo ensino médio e pelo ensino superior, cujo acesso a este se dá através de processos seletivos, como o vestibular, e tem como objetivo formar pessoas capacitadas em diferentes áreas do conhecimento, que auxiliem no desenvolvimento da sociedade brasileira. Estas devem ser dotadas de conhecimento científico e pensamento reflexivo (CARDOSO; SOUZA, 1996).

Sabe-se que são muitos os fatores que levam uma criança e um adolescente ao insucesso na escola, como por exemplo, fatores econômicos, sociais, familiares, individuais. Mas este insucesso também é muito influenciado pela qualidade do ensino que está sendo oferecido nas escolas, principalmente nas públicas, que são complementadas pelos cursinhos pré-vestibulares (HECKERT; ROCHA, 2012; PAGGIARO; CALAIS, 2009). Na tentativa de diminuir desigualdades existem políticas públicas que

visam à equidade de acesso ao nível superior para todas as classes sociais, como por exemplo o sistema de cotas e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) (OSORIO, 2009).

Muitas escolas que poderiam realizar projetos para implementação de novas políticas públicas, analisar o contexto escolar em que esses sujeitos estão inseridos, avaliar as condições sociais e pedagógicas, apenas tornam o fracasso escolar como estando no campo biológico, nas doenças neurológicas, exigindo assim um tratamento a base de medicamentos. Todas essas ações tornam o aluno e sua família culpados pelo não aprendizado, desviando assim as responsabilidades das políticas sociais (SZYMANSKI, 2012).

O metilfenidato, conhecido como ritalina, é uma medicação utilizada para o tratamento do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Pesquisas acreditam que essa patologia é gerada por uma disfunção nos neurotransmissores, por isso um dos principais tratamentos é o psicofarmacológico, o que produz a sensação no usuário de autocontrole, deixando-os mais calmos, segundo Almeida e Legnani (2009). O Brasil ocupa o segundo lugar no ranking no uso desta substância (HECHERTE; ROCHA, 2012).

O termo medicalização surgiu no final da década de 60 para explicar o papel que a medicina exercia como mediadora da vida. Essa mediação se dava em virtude da explicação de processos do campo social e político fundamentados em pressupostos médicos. Com isso foram estabelecidas normas de comportamento o que fez com que os sujeitos se tornassem dependentes desse conhecimento científico (GAUDENZI; ORTEGA, 2011).

Os medicamentos, diante dessa visão, atuam dentro do processo de normalização, modificando comportamentos, experiências e formas de existir no mundo, passando o medicamento, muitas vezes, a ter a função de “pílula mágica”. Segundo Tesser (2006, p.62) “Muito sinteticamente, o processo de medicalização social pode ser visto como a expansão progressiva do campo de intervenção da biomedicina por meio da redefinição de experiências e comportamentos humanos como se fossem problemas médicos”.

Sendo assim, procuram-se medidas paliativas para amenizar o sofrimento de maneira rápida e eficaz, baseado em substâncias que podem substituir o vazio e o sofrimento humano. Com isso “é grande o número de pessoas que procuram o psiquiatra não porque estejam doentes, mas porque desejam mudar o seu humor, sua personalidade, seu jeito de ser”. (PELEGRINE, 2003 p. 40).

Esse discurso medicalizante também tem adentrado no contexto escolar, o que tem levado

professores, direção escolar, pais e até alunos, a acreditar que são causas orgânicas e individuais as responsáveis pelo não aprendizado do aluno (CONSTANTINO; LUENGO, 2009), não levando em consideração que questões sociais, ambientais, econômicas ou familiares que podem estar envolvidas no processo de fracasso escolar (MIZUKAMI, 2011).

Sendo assim esse medicamento pode causar rupturas no processo de ensino-aprendizado quando usado de forma indiscriminada e sem possuir um diagnóstico médico (SZYMANSKI, 2012). Sabe-se que o medicamento não educa, e nem resolve a falta de infraestrutura, não dá uma formação melhor ao aluno e muito menos resolve os problemas de cunho social. A censura feita a esse modelo não está em dizer que as doenças não tenham causas biológicas, ou em dizer que a medicação não é útil, mas em, transformar problemas corriqueiros, vivências e subjetividades em problemas biológicos que podem ser resolvidos somente com o uso de medicamentos.

Por outro lado, o uso de medicamentos para o aprimoramento do cérebro tem sido bastante utilizado por estudantes que, mesmo estando saudáveis, buscam essa forma de potencialização dos seus conhecimentos podendo trazer como consequência a dependência e o abuso de outras substâncias (BARROS; ORTEGA, 2011).

Neste contexto, essa investigação se faz necessária visto que o número de crianças, jovens e adultos que estão fazendo uso de medicamento para aprimoramento cognitivo vem crescendo no Brasil, e para que se possa fazer um trabalho preventivo com os mesmos é importante conhecer o que eles pensam para uma atuação mais direcionada.

Metodologia

A pesquisa desenvolveu-se por meio de um estudo de caso com 66 alunos voluntários de três turmas do 3º ano do ensino médio de uma escola pública da zona urbana da região do cariri cearense. Foi utilizado um questionário que foi respondido livremente pelos alunos indagando se eles vão prestar vestibular, se estão encontrando dificuldades com relação aos estudos, o que acham do uso de medicamentos que podem melhorar o desempenho nos estudos, e se utilizariam esse tipo de medicamentos.

O método utilizado na pesquisa foi o descritivo, que possui o objetivo de interligar o objeto pesquisado à realidade que o circunda para uma maior compreensão do mesmo. Para análise dos dados utilizou-se o método qualitativo, verificando a relação da realidade do objeto em estudo e o significado dos fenômenos para o mesmo (OLIVEIRA, 2008; OLIVEIRA, 2010).

Resultados e Discussão

A amostra, composta por 66 alunos, sendo 65,2% do sexo feminino e 34,8% do sexo masculino, possui idade entre 15 a 21 anos. Todos pretendem se submeter ao vestibular ou ENEM. Quando indagados se possuíam ou não dificuldades em relação aos estudos preparatórios para o vestibular / ENEM, 40,9% relataram que encontram sim dificuldades, sendo elas: possuem problemas em matérias específicas como português, matemática, física (sendo a mais citada por eles); têm pouco tempo para estudar; não conseguem se concentrar; têm dificuldade para estudar sozinhos; não se sentem motivados; sentem-se inseguros; sentem-se com preguiça; vivenciam a falta de recursos em relação a materiais; existe uma quantidade elevada de assuntos para estudar; o fato de não frequentarem cursinho; possuem problemas pessoais que interferem no eixo escolar. A dificuldade mais citada pelos alunos foi dificuldades em matérias específicas com 40,8%. Por outro lado, 59,1% dos alunos declararam não ter dificuldades e alguns relataram que a escola prepara bem.

Ao serem questionados sobre o que achavam do uso de medicamentos que podem melhorar o aproveitamento nos estudos 50% relatam ser algo positivo justificando que os mesmos facilitam os estudos; que podem melhorar o desempenho; que aumentariam a atenção. Alguns afirmaram que este tipo de medicamento deveria ser acessível a todos e outros justificaram que se não houvesse agressão ao organismo e se fosse prescrita pelo médico seria uma boa ideia usá-lo.

Os que acharam o uso de psicofármacos ruim, 37,8%, justificaram que o interesse, atenção e dedicação são os principais motivadores para os estudos; que a capacidade individual é o bastante; que estes podem acarretar prejuízo à saúde; que o melhor é estudar já, que fazer uso dessas medicações é realizar a automedicação. 10,7% dos alunos tiveram dúvida para definir se o uso do medicamento é algo bom ou ruim, e 1,5% afirmou que dependeria da prescrição médica. Quando questionados sobre um possível uso desses medicamentos, 54,5% dos alunos afirmaram que utilizariam os psicofármacos como potencializadores de sua aprendizagem. Dentre os que responderam que fariam o uso dos medicamentos 69% era do sexo feminino e apenas 31% do sexo masculino.

Tendo em vista que 54,4% dos alunos pesquisados afirmaram que fariam uso de medicamentos para melhorar o aproveitamento nos estudos, pode-se pensar que a medicalização está adentrando o eixo escolar, assim como afirma Pelegrine,(2003). As justificativas utilizadas por parte dos estudantes, como a falta de tempo,

problemas relacionados às matérias escolares, a falta de motivação e de recursos materiais podem estar relacionados à realidade escolar que não são levados em consideração pelas políticas públicas. Exige-se dos alunos uma resposta à sociedade tecnológica e produtiva, porém a metodologia pela qual eles são ensinados a responder a essas questões é antiquada, distante do esperado; como mencionado por Heckert e Rocha, (2012) e Szymanski, (2012).

Por outro lado, 59,1% dos alunos declararam não estar encontrando dificuldade para estudar para o vestibular ou ENEM, como pode-se notar na resposta do seguinte aluno ao afirmar que “a escola prepara bem”. Considera-se isso um dado surpreendente, visto que, a realidade das escolas públicas brasileiras, tem se mostrado preocupante, já que as avaliações são muitas vezes negativas.

Vivemos em um sistema onde as diversidades da vida devem ser tratadas de maneira prática, não importando se o custo é a automedicação, o que vale é estar dentro dos padrões esperados para não ser taxado como o diferente. Isso é corroborado pelas respostas dos alunos, pois muitos consideraram o uso do medicamento para melhorar o aproveitamento nos estudos algo positivo, como observamos em suas respostas citadas anteriormente.

Devido os entrevistados estarem perpassando pelo período da adolescência e este ser marcado por mudanças psicológicas e sociais, percebe-se que o nível de ansiedade e conflitos aumentam mediante a possibilidade de um fracasso no vestibular bem como a escolha de uma profissão mal sucedida como citam Paggiaro e Calais, (2009). Mediante isso as indústrias farmacêuticas usam do seu poder de persuasão para atingir este público que tem como características um alto poder de consumo, como afirmam (SILVA; GIUGLIANI, 2004).

Como ressalta Rocha (2010), o indivíduo em sua construção da identidade busca ser pertencente ao grupo, não levando em consideração as consequências que este pertencimento pode trazer. Diante dessa demanda entra em cena a medicalização do ambiente escolar, que pode ter como objetivo responder a essas obrigações impostas pelo sistema vigente na sociedade. Talvez por isso 50 % do grupo entrevistado acredite que a medicação facilitaria os estudos, bem como aumentaria seu desempenho no contexto escolar e a sua atenção. Sendo assim, se faz necessário um acompanhamento familiar e escolar para um melhor desenvolvimento educacional, trazendo informações para esses alunos, garantindo, portanto que os mesmos não venham utilizar como escape o uso de substâncias medicamentosas.

Na pesquisa encontrou-se um dado não esperado; alunas do sexo feminino, mais do que os alunos do sexo masculino, afirmaram que fariam uso do medicamento, levando em consideração a amostragem em sexo dos alunos. Isso aponta que mais pesquisas poderão ser realizadas com intuito de analisar essa variável.

Conclusão

Diante do estudo realizado constatou-se que a maioria dos jovens entrevistados considera positivo o uso de medicamentos para potencializar o desempenho nos estudos e se entrassem em contato com esses medicamentos utilizariam os mesmos. A maioria das respostas positivas foi apresentada pelo sexo feminino, o que leva à proposição de novos estudos a respeito da diferença de gênero e a medicalização.

Pode-se inferir que são necessárias mais informações no eixo escolar, tendo em vista que a medicalização da vida possui efeitos colaterais para o sujeito e para a sociedade, e que mesmo assim tem se tornado algo corriqueiro.

A presente pesquisa mostra-se importante tendo em vista que análises relacionadas à medicalização no ensino médio não são tão frequentes, sendo necessária a realização de novas pesquisas para entender melhor o que esses jovens pensam sobre a medicalização para que possam se realizar ações preventivas.

Referências

- ALMEIDA, S. F. C. de; LEGNANI, V. N. Hiperatividade: o “não-decidi” da estrutura ou o “infantil” ainda no tempo da infância. **Estilos da clínica**, vol. Xiv, nº 26, 14-35, 2009.
- BARROS, D. ; ORTEGA, F. Metilfenidato e Aprimoramento Cognitivo Farmacológico: representações sociais de universitários. São Paulo : **Saúde Soc.**, v.20, n.2, p.350-362, 2011.
- BERGER, K. S. **O desenvolvimento da pessoa: do nascimento à terceira idade**. Rio de Janeiro : LTC, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Presidência da república. Casa Civil, subchefia para assuntos jurídicos, 1996.
- CONSTANTINO, E. P; LUENGO, F. C. A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância. **Revista de Psicologia da Unesp**, 8(2), 2009.
- HECKERT, A. L. C; ROCHA, M. L. A maquinaria escolar e os processos de

regulamentação da vida. **Psicologia & Sociedade**, 24(n. spe.), 85-93, 2012.

MIZUKAMI, M.G.N. **Temas básicos de educação e ensino**. São Paulo: E.P.U, 2011.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: 3. ed. Revista e ampliada-: vozes, 2010.

_____. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: 2. Ed, Vozes, 2008.

OSORIO, R. G. Classe, raça e acesso ao ensino superior no Brasil. São Paulo: **Cadernos de pesquisa**. v. 39, n. 138, p. 867-880, 2009.

PAGGIARO, P.B.S; CALAIS,S.L. Estresse e escolha profissional: um difícil problema para alunos de curso pré-vestibular. São Leopoldo : **Contextos Clínico**. vol.2, 2009.

PAPALIA, D.E; FELDMAN, R.D. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ed.12. AMGH, 2013.

PELEGRINE, M. R. F. O abuso de medicamentos psicotrópicos na contemporaneidade. **Psicologia ciência e profissão**. P.38-43. Ed. 3, 2003.

ROCHA, C.R.S. Adolescência: Vulnerabilidade em Estudantes do Terceiro Ano do Ensino Médio e de Cursos Pré-Vestibulares. **Anais Congresso Brasileiro de Psicologia e Adolescência**,v.1,n.1, 2010.

SILVA, C. H; GIUGLIANI, E. R. J. Consumo de medicamentos em adolescentes escolares: uma preocupação. **Jornal de Pediatria: Sociedade Brasileira de Pediatria**, 2004.

SZYMANSKI, M. L. S. Dificuldades de aprendizagem (DA): doença neurológica ou percalço pedagógico?. Rio de Janeiro: téc. Senac: a **R. Educ. Prof.** v. 38, nº 3, set. / dez, 2012.

TESSER, C. D. o excessivo Medicalização social (I): sucesso do epistemicídio moderno na saúde. **Saúde, Educ.**, v.10, n.19, p.61-76, jan/jun 2006.